

Problematizando a sustentabilidade urbana: as práticas de reordenamento urbano na Grande Vitória, no Espírito Santo

Camilla Lobino^A
Igor Vitorino^B
Márcio Filgueiras^C

Resumo

Este artigo discute alguns dos pressupostos e implicações dos usos da noção de "sustentabilidade" nas práticas de ordenamento do espaço urbano da região metropolitana da Grande Vitória. A partir do estudo de três casos – em Vitória, Vila Velha e em Cariacica –, buscamos entender como os atuais projetos de cidade, ancorados nas representações de uma "cidade sustentável", implicam uma resignificação e/ou descolamento das práticas sociais locais, vistas como empecilhos a tais projetos urbanos.

Palavras-chave: Sustentabilidade urbana. Conflitos. Reordenamentos.

Abstract

In this article we discuss some of the presuppositions and implications of using the idea of "sustainability" in organizing urban space in the Grande Vitória metropolitan region. By studying three cases (Vitória, Cariacica and Vila Velha), it is sought to understand how the city's current projects which are anchored in representing a "sustainable city" imply a re-significance and/or detachment from local social practices, seen as obstacles to these urban projects.

Keywords: Urban Sustainability. Conflicts. Reorganization.

INTRODUÇÃO

As noções de meio ambiente demonstram complexidade devido à amplitude de seus usos e sentidos, pois se relacionam às práticas de apropriação do mundo material pelos diferentes atores que compõem o espaço social. Se partirmos do princípio de que o espaço social assegura bens simbólicos e materiais atravessados por entendimentos conflituosos, pensar as possíveis evocações ao

meio ambiente, sustentabilidade e risco ambiental pressupõe o entendimento da diversidade de agentes em suas respectivas interações com o espaço, tanto no campo como nas cidades.

De acordo com Acselrad (2007), os entendimentos a respeito da sustentabilidade urbana podem aparecer expressos por argumentações polarizadas. A primeira, que encontra subsídio no contexto da globalização, fundamenta os discursos das "cidades mercadorias". A noção de sustentabilidade assim apresentada – ecoada pelas políticas estatais, empresas e pela maioria dos grupos ambientalistas – elabora o conteúdo do "pensamento único urbano" e aciona um futuro e espaço únicos. Nega, assim, o conflito inerente entre as classes sociais que conformam as cidades e busca a consolidação dos

^A Cientista social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora associada ao grupo de pesquisa Espaço Urbano, Redes e Território, Departamento de Geografia/UFES. cacaulobino@gmail.com

^B Historiador pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e mestrando do IPPUR/UFRJ. igorvitorino@yahoo.com.br

^C Cientista social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), doutorando em Antropologia pelo PPGA da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador associado ao grupo de pesquisa História e Etnografia na Fronteira Amazônica, Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). mpfilgueiras@gmail.com

espaços urbanos como ambiente dos negócios globalizados, explorando "[...] a economia da beleza em nome das belezas da economia" (ACSELRAD, 2007, p. 5). A sustentabilidade urbana é um dos atributos das cidades imersas no contexto da competição pela atração do capital multinacional. Ao estimular a guerra fiscal e imagética entre os espaços urbanos, pautada na eficiência dos recursos e na economia dos conflitos sociais, o capital privado pressiona o poder de investimento dos municípios, gerando mais desigualdade e degradação ambiental, sob a égide do consenso entre os diversos segmentos da sociedade.

Internamente ao complexo debate a respeito das remissões discursivas e práticas sobre o espaço e seus recursos, o citado autor faz também referência às manifestações de práticas urbanas que apontam a noção de justiça ambiental, problematizando a questão do meio ambiente dominada pelos princípios da beleza cênica, ordem e eficácia do espaço urbano, que podemos identificar como outro polo de problematização do meio ambiente. Nesse sentido, as mobilizações do movimento negro estadunidense no início da década de 1990, por exemplo, elaboraram uma específica dimensão ambiental de seus discursos e práticas ao denunciarem a lógica da política de localização do lixo tóxico, concentrada nos mesmos locais de moradia da população negra e pobre. O movimento negro associou, assim, as noções de justiça e meio ambiente, em contraposição ao modelo ambiental fetichizado, enfatizando a desigualdade de poder na relação com os recursos ambientais. Sendo assim, a sustentabilidade urbana pode ser compreendida como a forma na qual os grupos sociais têm pensado a duração da base material e a reprodução de suas interações através do tempo:

Designamos por sustentabilidade, pois, a categoria através da qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os processos éticos e políticos que regulam o acesso e a

distribuição dos recursos ambientais – ou num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas sociais (ACSELRAD, 2007, p. 1).

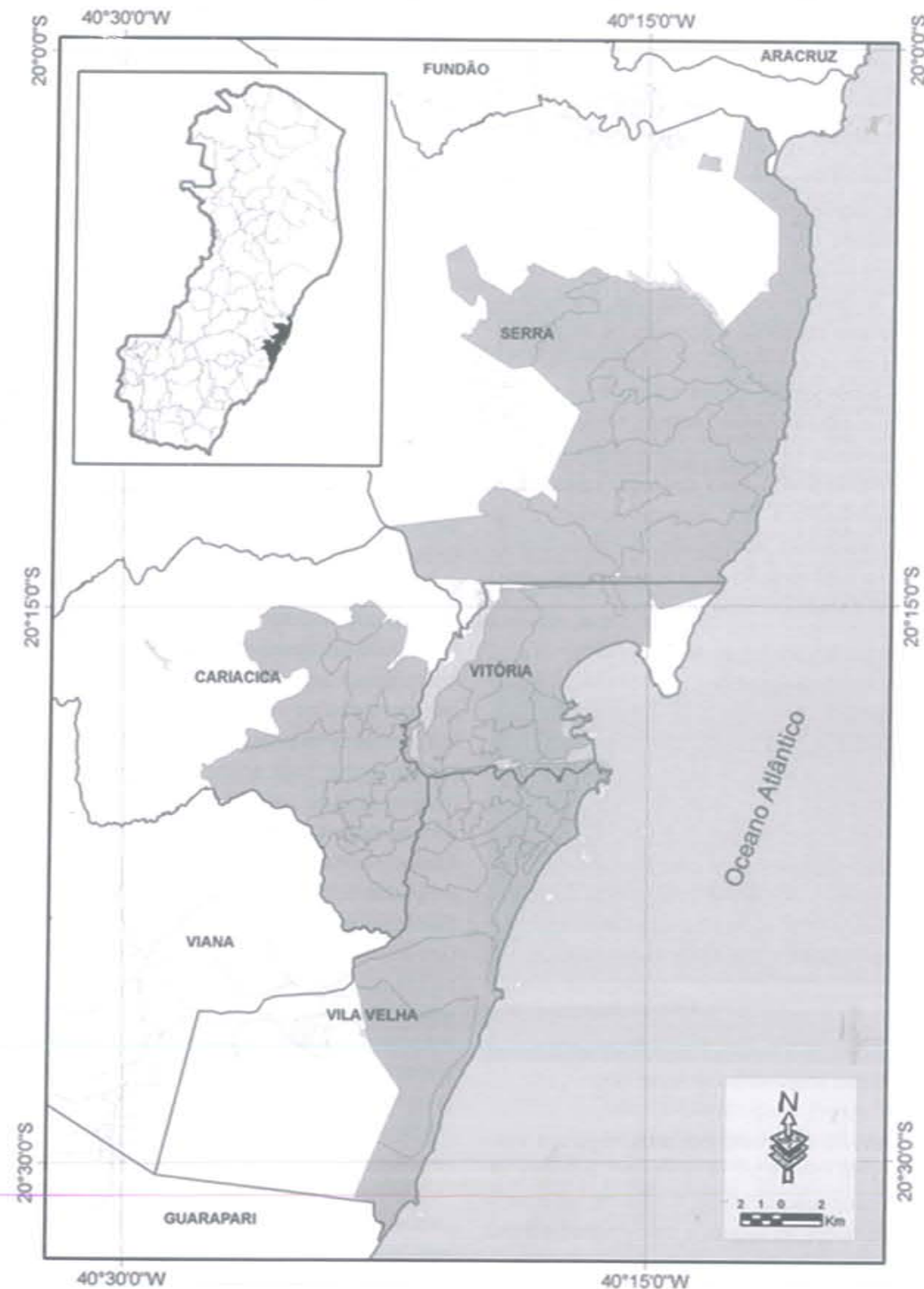
Ao estimular a guerra fiscal e imagética entre os espaços urbanos, pautada na eficiência dos recursos e na economia dos conflitos sociais, o capital privado pressiona o poder de investimento dos municípios, gerando mais desigualdade e degradação ambiental

A categoria sustentabilidade, ao anunciar modos normativos concernentes ao espaço urbano ambientalmente adequado, projeta práticas socioespaciais que solucionam os problemas que ameaçam a duração das cidades. Partindo desses pressupostos, neste texto buscamos entender como formas específicas de pensar e fazer a cidade

guardam em seus conteúdos "obstáculos a serem solucionados" na garantia da "cidade do futuro".

Ao lançarmos o olhar sobre diferentes situações em três municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo – Vitória, Cariacica e Vila Velha – e considerando o contexto supracitado das "cidades mercadorias" e da idealização das cidades sustentáveis, iniciamos a reflexão sobre certas práticas de reordenamento do espaço, decorrentes da representação hegemônica de sustentabilidade urbana.

Para tanto, utilizamos, na primeira parte do texto, intitulada *O caso Mangue Seco: risco para quem?*, pesquisa documental, bibliográfica e do acompanhamento de parte dos conflitos ocorridos entre a máquina pública e os desalojados do local, durante o ano de 2003. No segundo momento, recorreremos aos dados oficiais dos órgãos públicos que atuam no bairro Nova Rosa da Penha, além das entrevistas com moradores e lideranças comunitárias. Por fim, para a reflexão sobre o conflito entre os pescadores da Barra do Jucu, Prefeitura Municipal de Vila Velha e o Ministério Público – que resultou na retirada dos barracões e no comprometimento das práticas tradicionais pesqueiras –, contamos com a abordagem etnográfica que tratou da reprodução do conhecimento local e da identidade deste grupo, em um contexto de disputas políticas sobre as representações legítimas a respeito do espaço.



Mapa 1
Região Metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2009

O CASO MANGUE SECO: RISCO PARA QUEM?

Nesta parte do texto, propomos uma reflexão sobre o despejo dos moradores do bairro Mangue Seco (que está apresentado na Foto 1), em 17 de junho de 2003, decorrente das ações do Projeto Terra, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória. De acordo com Fonseca (2004), uma área desta localidade, cerca de 84 mil metros quadrados, foi comprada pela Fundação Ateneu Cachoeirense, em 1959, e deveria instalar algumas instituições sociais. No ano de 1983, o governo do estado reclamou as terras em função do não cumprimento contratual e conquistou 69 mil metros de volta em 2002. Esse quinhão de terra que não estava demarcada e delimitada foi requerido pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), para obras do Projeto Terra no ano seguinte. Para tanto, foram despejadas 150 famílias ali residentes, com auxílio da Polícia Militar, cumprindo a reintegração de posse requerida pelo Governo do Estado do Espírito Santo¹.



Foto 1
Vista aérea do bairro Mangue Seco

Fonte: www.vitoria.es.gov.br/.../terramonografia.asp, 3 ago. 2009.

O Projeto Terra prevê, em seus objetivos centrais, obras de habitação, urbanização, ação social, geração e ocupação de renda, fundiárias, reflorestamento, recomposição vegetal e delimitação de áreas

¹ As ocupações no local iniciaram-se aproximadamente um ano e meio antes da ordem de despejo e, segundo o moradores, foram estimuladas pelo neto do dono da área. Outros moradores adquiriram terrenos de uma líder comunitária, que, por sua vez, nunca entregou os recibos de compra e venda. Os líderes das famílias de Mangue Seco, em sua maioria, eram desempregados ou desenvolviam atividades informais. A ação de despejo pelo governo do estado desenrolou um processo de conflito entre o Movimento Nacional de Luta Pela Moradia/ES e a máquina pública, que, apesar da extrema relevância, não será aqui descrito na íntegra. Os conflitos entre o estado e o movimento social estão detalhadamente registrados por Fonseca (2004).

de preservação. Tal projeto propõe que as áreas de morros e palafitas vão ao encontro dos padrões da dita cidade formal. A empreitada possui um público alvo de 78 mil habitantes, situados em 38 comunidades de Vitória, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 75 milhões, somando recursos próprios, do BNDES, Caixa Econômica e do governo federal do Programa Habitar Brasil/BID, segundo dados do site oficial da Prefeitura Municipal de Vitória.

A área desocupada em Mangue Seco foi identificada pelo Projeto Terra como Área de Interesse Ambiental (AIA), qualificando as moradias como em condição de risco ambiental. A remissão ao discurso da sustentabilidade urbana evocado pela prefeitura da capital capixaba coaduna-se com a imagem que Vitória constrói há alguns anos, de uma cidade que esbanja beleza cênica por meio de seus parques e hortos municipais. No entanto, como sabemos, os efeitos da globalização nas cidades – somados ao processo de flexibilização, segregação socioespacial estimulada pelo capital imobiliário e precarização das relações de trabalho – acentuam as desigualdades sociais, permitindo que as moradias dos trabalhadores sejam submetidas a condições pouco seguras. Nessa situação, podem sofrer com enchentes, contaminação por detritos tóxicos, próximo às malhas ferroviárias, sem contar os eventuais acidentes envolvendo linhas de transmissão de correntes elétricas. A segregação urbana, as incertezas econômicas e a carência de políticas sociais nas cidades alimentam a desigual exposição aos riscos e acesso aos recursos ambientais: saneamento, água e solo seguro, principalmente.

Ou seja, uma crise que se localiza na cidade, mas tem sua raiz além das suas fronteiras, e que engloba os problemas da mobilidade intra-urbana, mas não encontra sua solução na simples configuração de cidades compactas, que requer a reconstrução do tecido social das cidades, sem que para tanto se afigurem inelutáveis as estratégias de envolvimento na competição interurbana. Tratar-se-ia aqui, ao contrário, de buscar subordinar esta economia do ambiente urbano aos princípios de uma justiça ambiental aplicada às cidades (ACSELRAD, 2007, p. 8).

Nesse contexto político, constrói-se a evocação da sustentabilidade urbana no caso de Mangue Seco. O ambiente sustentável representa a eficiência do espaço, com o objetivo de promover o urbanismo ecologizado, inserido na lógica de disputa pela atração de capitais externos. A sustentabilidade, como observou o autor acima citado, figura como atributo simbólico adicional para tal competição.

Espaço que sediou a moradia e em seguida vivenciou o desalojamento dos moradores, Mangue Seco, identificado como AIA e transformado em parque, recebeu o sentido de "pacificação" de parte da paisagem da cidade em relação à "desordem". A remoção dos moradores de Mangue Seco simbolizou a "segurança" e a "ordem urbana", uma vez que foi transformado em um espaço que não gera perturbações ao "ambientalmente sustentável", muito menos guarda evidências de conflitos no passado. O site oficial da prefeitura da capital do Espírito Santo registra o efeito moral e saudável atribuído a Mangue Seco, contrastando com o antigo uso, o da moradia:

A denominação Mangue Seco tem origem nas margens do canal da Passagem, onde foram degradadas e assoreadas, depois que a vegetação foi suprimida pelas invasões desordenadas com a construção de palafitas... Graças a decisão e atitude da administração pública, que, mais uma vez, uma antiga chácara foi transformada em parque humano (FARIA, 2009).

Os entendimentos de uso do espaço e seus recursos nunca são únicos. Se para as intervenções da prefeitura de Vitória a área ocupada pelos moradores de Mangue Seco significava risco ambiental, para os habitantes era a expressão de diferentes necessidades relacionadas à moradia. Para alguns, o local os afastava do aluguel e abrigava suas famílias, remetendo à segurança do "teto": "Eu pagava aluguel. Eu precisava de um pedacinho de chão" (Morador, V., empregado 04 filhos). O mesmo sentido está presente em outro depoimento: "Morava com minha filha. Ela alugava uma casa e quando não pôde mais pagar fomos pra lá (moradora, M.L., cuida de 4 ne-

tos)" (Idem). Para outros, remetia à "privacidade" e à possibilidade de deixar de morar "de favor" na casa de parentes (FONSECA, 2004, p. 35).

Novamente, o site da Prefeitura Municipal de Vitória esclarece a transformação da área desocupada no Parque Municipal de Mangue Seco em função de ser uma AIA: "[...] Que englobava encostas com taludes e blocos instáveis sujeitos ao deslizamento, oferecendo risco às inúmeras residências construídas precariamente, oriundas de uma antiga inva-

são" (FARIA, 2009). Percebe-se que, enquanto a máquina pública compreende risco, os desalojados veem naquele território a moradia. As classificações dos mundos material e simbólico desvelam as posições na estrutura objetiva que localizam os diferentes grupos envolvidos no conflito, diferenciando os projetos para o território.

Em meio à disputa simbólica em torno da classificação do espaço, nota-se a correlação de forças pela legitimação das práticas no território. As ações efetivadas pelo Projeto Terra – a definição do risco, a remoção das famílias e a parcial inclusão na política de habitação – encontraram legitimidade diante de parte da opinião pública, uma vez que anunciavam a remoção dos moradores para um "lugar seguro", o que não ocorreu. Por isso, a noção de risco e as práticas de controle do espaço por tal política municipal não passaram despercebidas pelos moradores removidos.

O Projeto Terra chegou e pegou a identificação de todo mundo. Eles deram esperança pra gente. Como se tivesse transformando no bairro... Falaram que o Projeto Terra é responsável por isso [habitação] de área de risco. Limpar a área, fazer a área ficar bonitinha [...] ter um lazer, eles fazem o bairro, botar pavimentação, asfaltar. Eles são responsáveis por isso, fazer a área ficar bonitinha (Morador W., declarou está no local há 08 meses) (FONSECA, 2004, p. 37).

Outra moradora desalojada explica como compreende o próprio despejo – e de seus vizinhos – em nome do que os órgãos públicos entendem por risco ambiental:

O Projeto Terra falava que a gente estava em área de risco e que a gente ia sair para outra área melhor do que aquela. Ai a gente corria risco. Projeto Terra. Eles localizam as pessoas nas áreas de risco, tiram as pessoas e colocam em outra área. [...] Um lugar melhor pra gente, a gente ia pagando o IPTU e cada um teria sua moradia [informa o Projeto Terra]. Só falava de boca... Nós saímos de lá de baixo de polícia, todo mundo perdeu suas coisas, minha menina perdeu um guarda-roupa que não tinha pagado ainda. (Moradora Z. Declarou estar no local há 08 meses) (FONSECA, 2004, p. 36).

A remoção de 150 famílias, que passaram a ocupar temporariamente prédios desativados da prefeitura de Vitória, resultou na inclusão de menos de um terço delas no Programa Bolsa Moradia. Os demais não se enquadravam nos critérios adotados pelo órgão público para o atendimento pelo benefício (FONSECA, 2004). Mesmo com um árduo processo de conflitos entre a Prefeitura Municipal de Vitória e o Movimento de Luta Pela Moradia/ES – entidade que passa a representar os desalojados –, que gerou reuniões, audiências públicas, passeatas, manifestações diversas, a situação para a maioria dos desabrigados em nome do risco ambiental foi agravada. A mobilização por parte das instâncias públicas envolvidas no desalojamento dos moradores de Mangue Seco, que teve no discurso do risco ambiental e da sustentabilidade urbana seu princípio norteador, não questionou explicitamente, nesse caso específico, a condição de moradia das famílias removidas.

Risco só é risco dentro de um contexto relacional. E a partir desta perspectiva, a hegemonia de certo entendimento a respeito da natureza do risco ambiental na cidade de Vitória penalizou práticas de agentes menos articulados politicamente na arena de disputa. O grupo que conseguiu definir o conceito de risco estabeleceu as práticas não sustentáveis,

além do projeto e controle sobre o espaço. Ações como essas por parte do poder público são capazes de consolidar a noção da cidade sustentável pautada na garantia da produtividade física do meio urbano em função da reprodução do capital (ACSELRAD, 2007).

A mobilização por parte das instâncias públicas envolvidas no desalojamento dos moradores de Mangue Seco, que teve no discurso do risco ambiental e da sustentabilidade urbana seu princípio norteador, não questionou explicitamente, a condição de moradia das famílias removidas

NOVA ROSA DA PENHA: UMA QUESTÃO DE (IN) SUSTENTABILIDADE URBANA ANUNCIADA?

O bairro Nova Rosa da Penha está localizado administrativamente na Região 8 do município de Cariacica, composta pelos bairros Nova Esperança, Nova Rosa da

Penha I, Nova Rosa da Penha II, Padre Matias (Itanhenga), Vila Cajueiro e Vila Progresso². Essa região, segundo diagnóstico da Prefeitura Municipal de Cariacica (CARIACICA, 2006c), possui aproximadamente 62 mil habitantes, distribuídos em 15 mil residências, com moradores com mais de 10 anos de permanência no local. O bairro possui muitos lotes sem escrituras, embora, recentemente, Nova Rosa da Penha esteja sendo alvo de uma política de regularização fundiária pelo governo estadual. Segundo o governo do estado, esse projeto beneficiaria, neste lugar, uma área [...] de 1.800.000 metros quadrados – 180 hectares – englobando o total de 4.388 famílias³.

Há na Região 8 um elevado índice de desemprego, chegando a quase 40% em 2003, segundo o diagnóstico da PMC (CARIACICA, 2006c), e que estaria relacionado à ausência de qualificação profissional³. Além disso, apresenta a maioria de sua população no mercado informal e subempregada, com renda mensal em torno de um salário mínimo e meio, e a escolaridade predominante é ensino médio incompleto. Conforme pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Traba-

² Nesse trabalho, trataremos dos bairros Nova Rosa da Penha I e II como uma unidade, apesar de seus moradores reconhecerem divisão territorial do bairro. Para fins desse estudo, não incluiremos esse problema da diferenciação territorial dos bairros.

³ Em entrevista com assistentes sociais da prefeitura de Cariacica e com o vereador José Santana, percebemos a presença de um senso comum que identifica os problemas sociais do bairro, principalmente os que atingem os jovens, decorrentes da ausência de capacitação profissional.

lho (Semast), a região tem a maioria dos cidadãos atendidos pelos programas da secretaria, cerca de 12% do público total.



Foto 2
Vista do vale que divide o bairro Nova Rosa da Penha

Fonte: Arquivo Pessoal, 10/09/2008.

As moradias do bairro são, em sua maioria, de alvenaria, embora o local permaneça enfrentando graves problemas de infraestrutura social e econômica. Segundo descrições da prefeitura, há mais ou menos 20 famílias vivendo do lixão localizado na Rodovia do Contorno, “[...] cerca de 70% [habitantes] vivem à margem da linha de pobreza [...]” e “[...] 60% da população jovem (15 a 24 anos) está desempregada” (CARIACICA, 2006c). É o que diz também um morador: “A maioria do povo que mora aqui é gente desempregada que vende picolé de manhã para poder comprar o arroz e o feijão” (DATASUS, 2004).

No entanto, deve-se argumentar que há uma grande imprecisão quanto à realidade socioeconômica e demográfica do bairro por parte de alguns órgãos municipais. A ausência de leis de bairros e a divisão de setores censitários com outros bairros dificultam a delimitação dos índices de Nova Rosa da Penha. Muitas vezes, um diagnóstico contradiz outro, demonstrando as dificuldades da Prefeitura Municipal de Cariacica em entender e compreender a realidade social desse bairro. Isso facilita o uso de estereótipos para se falar daquela configuração socioespacial.

Assim, percebe-se a existência de um senso comum por parte de muitos funcionários da prefeitura e das autoridades locais sobre a situação social do bairro: em relação aos problemas da criminalidade e violência – principalmente o tráfico –, da renda, da

desocupação e da ausência de formação profissional. O diagnóstico realizado pela Semast/Seme sintetiza a imagem do bairro para o poder municipal:

Um elevado grau de violência doméstica sofrida por mulheres e crianças, sendo esta a mais evidente. Somando-se a isto, o alto índice de alcoolismo, consumo e venda de drogas, além da prática de roubos e furtos. A alta taxa de mortalidade adulta e juvenil é reflexo direto do aliciamento ao tráfico de drogas, conflito entre grupos rivais, totalizando cerca de 97% dos assassinatos e/ou tentativas de assassinatos registrados na região (CARIACICA, 2006c).

Nova Rosa da Penha, além de ser apresentado como bairro problema do ponto de vista da miséria, pobreza e desemprego, também aparece como área de elevado número de homicídios e grau de criminalidade. As taxas de homicídios de Cariacica são assustadoras, fazendo o município aparecer em terceiro lugar no ranking nacional de cidade mais violenta. Somente entre os anos de 1994 e 2002, foram 2.047 homicídios (ZANOTELLI; RAIZER; CASTRO, 2002, p. 16). De 1998 a 2002, cerca de 25,4% do total de homicídios em Cariacica, grande parte desses se concentrou em Nova Rosa da Penha. Nessa região foram registrados, entre 1993 a 2003, segundo Zanotelli (2005), 366 homicídios e 311 tentativas. Segundo o autor, a violência criminalizada produz uma determinada paisagem urbana onde se associam alta criminalidade e violência com lugares marcados pelo desemprego, falta de infraestrutura e ausência do Estado. Nova Rosa da Penha seria um dos grandes exemplos.

Junto com todos esses dados que constroem uma determinada imagem do bairro, em uma dimensão socioeconômica, observamos também a emergência de discursos sobre a sustentabilidade ambiental. Um aspecto peculiar desses discursos é ignorarem as práticas dos moradores de estabelecerem, por exemplo, seus pés de frutas e hortas familiares. Constitui-se, assim, uma “ambientalização” de fora, com aspectos tecnicistas, desconsiderando as práticas já existentes que careceriam de legitimidade por se assentarem em princípios não verificados pelas agências oficiais. O local que conserva muitas plantas e árvores, em vez de ser con-

siderado como um "bairro verde", é visto por alguns moradores de modo depreciativo como "roça" e por especialistas como um território alvo de intervenções de políticas ambientais como as das ONGs especializadas.

Com esse quadro socioeconômico e ambiental, o bairro Nova Rosa da Penha se constitui no centro da problemática da sustentabilidade urbana de Cariacica. Ao ser assinalado como peça angular dessa questão, constitui-se no alvo das políticas e intervenções que buscam dotar a cidade de Cariacica de "práticas sustentáveis". E, assim, pelo espírito cívico do poder público na luta pela melhoria da comunidade, ratifica-se no plano da cidade a localidade como espaço das vulnerabilidades, ou melhor, expressão das contradições espaciais numa "[...] cidade desigual em que o 'ambiente de negócios' destina amenidades para os partícipes da coalização do crescimento e assegura os riscos sociais e ambientais para os pobres urbanos e trabalhadores menos organizados" (ACSELRAD, 2001, p. 31).

A crença na objetividade dos dados de homicídios, dos índices de pobreza e as constatações dos profissionais especializados sobre a realidade do bairro se constituem em eixo orientador das práticas oficiais por parte do município e do governo do estado. Esse conjunto de representações sobre o bairro e seus moradores torna-se praticamente a única verdade, descolando a problematização da desigualdade de distribuição da proteção social e ambiental no espaço urbano. Com isso, aproxima-se de uma "culpabilização" do território pela condição social em que vivem (ACSELRAD, 2007).

O reconhecimento do bairro como espaço privilegiado da atuação do governo se expressa em inúmeras ações de ordem oficial e comunitária, que se desenvolvem em busca da produção de sustentabilidade urbana do local. Associam-se desde obras infraestruturais, asfaltamento de ruas e regularização fundiária até reforma e construção de equipamentos coletivos: escolas, praças e posto de

saúde. Também há ações buscando reduzir os riscos ambientais e sociais, articuladas por ONGs e empresas vizinhas, sustentadas pelas temáticas da educação ambiental, formação profissional e atividades lúdicas.

Esse conjunto de representações sobre o bairro e seus moradores torna-se praticamente a única verdade, descolando a problematização da desigualdade de distribuição da proteção social e ambiental no espaço urbano. Com isso, aproxima-se de uma "culpabilização" do território pela condição social em que vivem

As ações ligadas à segurança pública são as que ganham maior visibilidade social, apesar ainda do pouco resultado. A escalada dos homicídios no bairro impôs à prefeitura e à Polícia Militar a criação de políticas de prevenção, como o projeto Sou Pela Vida, iniciado em 2008. A falta de ocupação dos jovens é considerada como um dos fatores fundamentais para as taxas elevadas de homicídios. Esse projeto se utiliza da estratégia de oferta de cursos profissionalizantes para atrair os jovens, com o objetivo de desenvolver atividades lúdicas e produzir valores associados à "cultura da paz" para reconstruir o espírito comunitário da localidade (ACSELRAD, 2007, p. 31).

Esses diversos projetos sociais e ações, que articulam intervenções físicas, sociais e simbólicas, no intuito de inverter a imagem social do bairro, produzir uma localidade mais segura e com qualidade de vida, acabam, de alguma forma – por suas incapacidades (social, financeira e política) e dificuldades de inverter o quadro imediato vivido pelo bairro e de promover a participação efetiva da comunidade –, alimentando a reprodução do estigma e estereótipo social do bairro, conforme observa Tissot (2007, p. 6):

No entanto, desde que a participação dos moradores se tornou o remédio miraculoso para cuidar dos "males das periferias", ela foi definida de maneira singularmente restritiva: ocultação das condições de vida material em benefício do "diálogo" e da "comunicação" entre os moradores; psicologização e, portanto, despolitização dos problemas sociais, alimentadas por uma representação do bairro como um espaço neutro e pacificador; valorização da boa vontade individual e das soluções modestas e pontuais, desvalorização concomitante do conflito e das reivindicações consideradas "políticas" demais.

A cada pobre identificado ou a cada homicídio no bairro, reforça-se o lugar de Nova Rosa da Penha como problema de Cariacica e da Região Metropolitana Vitória. Apesar das boas intenções do poder público e da sociedade civil, a forma de problematizar a localidade a partir da sustentabilidade urbana a coloca no centro da agenda pública como o problema a ser resolvido. Entretanto, como aponta Tissot (2007), essa abordagem acaba ocultando as desigualdades e lógicas sociopolíticas e econômicas brasileiras que marcam esse problema, reduzindo-o ao território, encarnando-o no bairro.

Essa tendência é retroalimentada pela busca constante do município de Cariacica de construir uma imagem mais próxima do desenvolvimento sustentável, colocando o desenvolvimento social e ambiental como seu pressuposto, principalmente, a redução de homicídios. Tal se constitui numa estratégia importante de atração de investimentos, de sustentabilidade política e afirmação.

Sob o olhar do futuro, informado pelo discurso da sustentabilidade, avista-se uma nova cidade, defendida pelos políticos locais⁴. Entretanto, esse futuro encontra, no presente, bloqueios à sua constituição e problemas para sua concretização. Dentre eles, está Nova Rosa da Penha. Resta investigarmos qual é o preço desse futuro.

PESCARIA E SUSTENTABILIDADE NA BARRA DO JUCU

Nesta parte do texto, tentaremos mostrar como uma certa concepção de sustentabilidade orientou a remoção dos barracões dos pescadores da Barra do Jucu (Foto 3), sob iniciativa do Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo. Como veremos, o acompanhamento do processo permitiu vislumbrar como essa noção de sustentabilidade foi além de sua dimensão técnico-ambiental anunciada oficialmente, expressando concepções políticas e morais a respeito dos diferentes padrões possíveis de uso da Praia da Concha, onde estavam localizados os barracões.

⁴ Um defensor da administração municipal assim analisa o atual governo: "É o olhar visto a partir do sentimento de esperança que faz com que vejamos a cidade mais bonita. Não estamos olhando com o olhar somente do presente, mas também do futuro que poderá ser muito melhor" (GOMES, 2007, p. 1).



Foto 3
Vista panorâmica da Praia da Concha, onde podem ser observadas as embarcações e os barracões

Fonte: Arquivo Pessoal, 13/07/2007.

A Barra do Jucu fica localizada aproximadamente 15 km ao sul do centro da cidade de Vila Velha. Nesse bairro está o Parque Natural Municipal de Jacarenema, cuja área é limítrofe com a Praia da Concha, considerada como lugar ancestral de pescaria por um segmento de moradores que se sente herdeiro de uma tradição local de pesca. Apesar de as pescarias realizadas a partir dessa praia terem organizado de maneira exclusiva, durante muitos anos, os usos possíveis do local, hoje em dia a Praia da Concha é também parte de uma área de preservação ambiental, além de ser frequentada por uma multiplicidade de atores com diferentes objetivos (lazer, pesquisa, esporte etc.). Assim, mesmo os pescadores não sendo mais os seus usuários exclusivos, até hoje a presença dos barracões, das baiteiras (embarcações locais), das redes e a interação cotidiana demarcam simbolicamente essa praia como lugar de pesca.

Além disso, os objetos dos pescadores, não obstante suas dimensões produtivas, são artefatos simbólicos pelos quais se reproduzem relações sociais específicas (BRITTO, 1999). Dessa maneira, compartilhar um barracão significa fazer parte de um feixe de relações que liga às vezes até cinco pescadores que não são necessariamente parceiros de pesca entre si. Assim, as parcerias, que são as duplas que vão ao mar, e o grupo de barracão formam dois eixos fundamentais de relações entre

os pescadores (FILGUEIRAS, 2008). Na medida em que são peças fundamentais da organização de mundo dos pescadores, podemos dizer então que os barracões são elementos que constituem a própria identidade do grupo, vinculada de maneira especial ao espaço da Praia da Concha.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a constatação da "[...] ocupação irregular e ambientalmente lesiva [...]"

data de pelo menos 2004. Essa constatação baseia-se em análises técnicas que verificaram que as edificações dos pescadores "[...] não possuem licenciamento ou qualquer tipo de planejamento ambiental"⁵. O licenciamento estaria a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vila Velha (Semma), já que o órgão possui o dever de implementar e administrar o Parque Natural Municipal de Jacarenema. Apesar de a Semma ter argumentado que os barracões dos pescadores estavam em área de marinha e não no parque, o MPF afirmou que, mesmo em se tratando de área da União, a Semma poderia e deveria ter realizado o licenciamento. O MPF emitiu, em 2007, uma recomendação em que sugere que a não execução do licenciamento pela Semma caracterizava "inércia", "improbidade administrativa" e "crime de prevaricação".

No dia 19 de outubro de 2007, os pescadores tiveram afixado em seus barracões um comunicado da Gerência Regional de Patrimônio da União em que se apresentava a data da execução da retirada dos barracões (8 de novembro). Essa operação foi anunciada oficialmente como um reordenamento, já que o MPF reconhecia que as ocupações, apesar de "[...] ambientalmente lesivas, eram certamente tradicionais [...]" e não se opunha à futura "[...] ocupação sustentável [...]" do espaço da praia pelos pescadores.

Desde então, os pescadores têm estado em contato com a Semma, a GRPU e o MPF, tentando reconstruir seus barracões segundo as demandas do poder público, orientadas pelo que o MPF chamou de "perspectiva ambiental". É preciso notar, no entanto, que os pescadores vêm esbarrando

em situações que vão além da dimensão técnico-ambiental anunciada oficialmente. É o caso da situação que se descreve a seguir.

Ainda no final do ano de 2007, os pescadores se reuniram com a coordenadora da pasta de Recursos Naturais da Semma e com uma assistente social que também trabalha na prefeitura de Vila Velha, para acertarem como seria o cadastramento dos pescadores

Essa transformação é pensada em um sentido modernizante, representado, neste caso, pela "perspectiva do meio ambiente"

que usariam os novos barracões. A coordenadora da Semma iniciou sua fala dizendo que sua proposta era que fossem cadastrados os pescadores e, em seguida, que fosse eliminada a possibilidade de novos cadastramentos. Desse modo, segundo ela: "[...] assim vai acabando com o tempo". Essas palavras, no entanto, não passaram despercebidas pelos pescadores, de modo que um deles indagou: "Então quer dizer que seu eu tiver um filho ele não vai poder usar o barracão?". A reconstrução dos barracões e o sistema de cadastro dos pescadores corriam o risco de funcionar, portanto, como políticas públicas para acabar gradualmente com a pescaria local⁶.

Podemos perceber na fala da coordenadora que existe uma associação – corrente entre certos segmentos da sociedade – entre as pescarias da Barra do Jucu e o passado. Essa associação, no entanto, não é de um reconhecimento da tradição dessa atividade, da qual os pescadores se sentem herdeiros. Ela relaciona as pescarias com um certo tipo de arcaísmo, de modo que os pescadores locais são percebidos como um segmento marginal ou desviante do processo de transformação da sociedade (BRITTO, 1999, p. 37). E essa transformação é pensada em um sentido modernizante, representado, neste caso, pela "perspectiva do meio ambiente".

A incorporação das noções de "perspectiva ambiental" ou de "ocupação sustentável", ao se basear em certos pressupostos técnicos que trabalham na construção de um ambiente consensualista, expressa uma dimensão ideológica que tende a tra-

⁵ De maneira parecida ao identificado por Mota (2005) na Marambaia, em que a solução defendida pela Marinha e por um Procurador da República para o conflito com os nativos era a remoção dos moradores do local restando apenas os pesquisadores e a Marinha.

⁶ Documentos MPF/ES n. 2007.021839 3 n. 2007.021882.

tar as questões do meio ambiente deslocadas dos conflitos de classe. Essa visão é assegurada pelo consenso político, pela prevalência da técnica e da noção dos "direitos difusos" (LOBINO, 2008). Um olhar sobre a trajetória de algumas políticas públicas voltadas para a noção de um meio ambiente "para todos" expressa bem isso.

Lobão (2006), em sua tese de doutorado, construiu uma interpretação bastante plausível para a trajetória das reservas extrativistas (Resex), que estão inscritas como unidades de conservação de uso sustentável. Essas reservas diferem de outras unidades de conservação de tipo integral, como os parques, pelo fato de que lá é possível realizar atividades produtivas pelas populações tradicionais. Quando aborda o surgimento das reservas de tipo sustentável, o autor retoma a luta dos seringueiros do Acre na década de 80 e mostra como ela surgiu. O objetivo era a mudança nas condições de trabalho e emancipação dos laços de patronagem por meio da criação de áreas reservadas ao extrativismo, ideia surgida a partir da comparação com as políticas públicas de terras indígenas. O documento originado do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros (1985) não menciona, em momento algum, a palavra meio ambiente. As questões que mobilizavam os seringueiros eram eminentemente sociais, políticas e econômicas. A floresta era o meio de vida daquelas pessoas e não uma categoria abstrata que pudesse representar interesses mais amplos do que os que eles estavam dispostos a defender no dia a dia (ALEGRETTI, apud LOBÃO, 2006, p. 37).

No entanto, o movimento dos seringueiros, para implementar o modelo de reservas extrativistas, precisou absorver elementos do discurso ambientalista. Isso porque agências internacionais pressionavam o Estado brasileiro para a incorporação ao projeto de construção da BR-364 de planos de proteção à floresta. Incluindo o meio ambiente como pauta, o movimento poderia fazer parte desses planos de proteção. Em 1989, as reservas extrativistas já passaram a fazer parte da Política Nacional de Meio Ambiente.

Vemos então que, em vez de ser uma questão "dada", a chamada "perspectiva do meio ambiente" é produto de processos políticos em que diferentes representações sobre os espaços estão em confronto. Assim, mais do que questões de ajuste técnico

As formas próprias de organização social locais são vistas como uma precariedade quase que inerente a grupos desse tipo, o que se estende às próprias categorias com as quais se referem a seus artefatos e que fazem parte de sua organização do mundo

que podem ser resolvidas por especialistas da ciência, a noção de sustentabilidade expressa em certas ações do Estado, como foi o caso da Barra do Jucu, está carregada de pressupostos políticos e morais que configuram uma verdadeira "política do significado" (GEERTZ, 1973).

Aqui vale relatar mais uma situação que acompanhamos em campo e que expressa alguns significados que norteiam a perspectiva do poder público. Em uma conversa na Praia da Concha, no dia da retirada dos barracões, a imposição de um "reordenamento" encontrou expressão simbólica na fala do assessor especial do prefeito. Sentado de maneira descontraída sobre uma embarcação local, rodeado de pescadores, o assessor trouxe a sugestão, atribuída ao GRPU, de que se deve, a partir de agora, referir-se aos barracões como "módulos de pesca", porque o termo nativo "barracão" remeteria à desorganização. Podemos perceber então que as formas próprias de organização social locais são vistas como uma precariedade quase que inerente a grupos desse tipo, o que se estende às próprias categorias com as quais se referem a seus artefatos e que fazem parte de sua organização do mundo.

Mello e Vogel (2004) destacaram que a pobreza associada ao espaço e à morfologia social das populações litorâneas nutriu as intervenções sanitárias realizadas pelo Estado desde o princípio do século XX, em especial a partir da década de 30. Esses espaços eram considerados de população esparsa e alijados do mundo urbano, os "sertões" litorâneos, não necessariamente fisicamente distantes das cidades, mas afastados moralmente da "civilização".

Percebemos, portanto, que o ambientalismo tem em comum com o sanitarismo de que falam Mello e Vogel em *Gente das Areias* o fato de serem políti-

cas públicas que têm sua origem no mundo urbano e que buscam fazer presente o Estado em áreas consideradas escassamente povoadas. Aparentemente, os dois ideários possuem objetivos e procedimentos contraditórios: o sanitarismo tenta trazer o mundo urbano para essas áreas, livrando-as das estagnações naturais e sociais, enquanto o ambientalismo tenta manter a cidade longe do que considera áreas de relevância ecológica e beleza cênica. No entanto, esses dois ideários acabam realizando uma operação semântica bem semelhante: nos dois casos, as populações locais têm seus lugares esvaziados de significado, em nome de interesses difusos (seja a urbanização ou a preservação) nos quais só se reconhecem parcamente.

Propomos, por outro lado, que as pescarias da Barra do Jucu deixem de ser vistas como consequência de algum tipo de arcaísmo técnico, intelectual ou social, para ser encaradas como um modo de vida que representa uma escolha entre alternativas possíveis e desejáveis (BRITTO, 1999, p. 11). Isso garante não só a reprodução material do grupo, mas também a reprodução do sentimento de pertencimento a uma tradição que organiza alguns dos significados mais fundamentais das vidas dos pescadores. Dessa maneira, seria possível eliminar a confusão que os grupos estabelecidos – seja a classe média ambientalista, sejam os próprios órgãos do Estado – fazem entre padrões próprios de organização social, que possuem estruturas e lógicas internas distintas das hegemônicas na sociedade urbana – como os dos pescadores –, e a ideia de “desorganização social”, fundada em uma concepção arbitrária sobre o que os pescadores “deveriam” ser⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos entender como certas concepções a respeito da sustentabilidade urbana

tomam forma em três diferentes contextos de divergência e/ou conflitos, que polarizam as práticas e projetos do Estado, e as formas de reprodução social de certos segmentos da sociedade, em três municípios da Grande Vitória.

Esses dois ideários acabam realizando uma operação semântica bem semelhante: nos dois casos, as populações locais têm seus lugares esvaziados de significado, em nome de interesses difusos (seja a urbanização ou a preservação) nos quais só se reconhecem parcamente

Partindo da tentativa de compreender em que termos se constroem as referidas divergências nos diferentes contextos, pudemos encontrar, além das particularidades de cada caso, elementos comuns que nos permitiram pensar na sustentabilidade urbana como uma concepção mais ou menos definida enquanto conjunto de práticas de organização dos territórios baseadas em pressupostos como beleza cênica, o sanitarismo e o “ambientalismo de resultados”.

Um dos aspectos mais marcantes dessa ideologia é que ela extravasa sua dimensão técnica anunciada e permite vislumbrar aspectos morais e políticos que estruturam as referidas práticas. A efetivação de suas propostas, por sua vez, depende da eficiência em produzir consensos capazes de despolitizar os referidos processos pelos discursos sobre a precariedade, arcaísmo e desorganização das formas de reprodução social de determinados segmentos da sociedade.

Nossa atenção às disputas políticas e simbólicas mobilizadas nos casos estudados tem por objetivo, desse ponto de vista, colocar os projetos vinculados à ideia de sustentabilidade urbana sob um pano de fundo mais sociológico. A intenção é ir além das visões e agendas oficiais que se alimentam e nutrem um senso comum a serviço dos segmentos sociais que possuem maior acesso aos canais de circulação de poder na sociedade capixaba. Nesse sentido, entende-se que a noção de sustentabilidade carrega princípios de relações de poder que definem as vítimas e os algozes de práticas consideradas sustentáveis, expressas no espaço urbano. Em decorrência disso, anunciam as intervenções públicas sob certos grupos pelo controle do território. As cidades que se pretendem competitivas e globalizadas – como aponta Acsegrad (2007) – recorrem

à formulação imagética de uma sociedade única e ambientalmente equilibrada, que garanta um futuro melhor para todos, encobrindo os conflitos urbanos fundados nas diferentes apropriações dos territórios e seus recursos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? *Revista Veracidade*, v. 2, n. 2 jul. 2007.

BRITTO, Rosyan. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo*. Niterói-RJ: EdUFF, 1999.

CARIACICA. Prefeitura. *Levantamento de dados para o diagnóstico do projeto intermunicipal de prevenção à violência e à criminalidade na Grande Vitória*. Cariacica, 2006a. p. 5. Mimeo.

_____. *Plano Diretor Participativo de Cariacica*. Cariacica, 2006b. Relatório do Seminário da Região 08.

_____. *Projeto Cariacica Recicla. Diagnóstico do bairro de Nova Rosa da Penha I e II*. Cariacica, 2006c. p. 5. Mimeo.

DATASUS – Base de dados do Sistema Único de Saúde. Entrevistas concedidas ao professor Luiz Cláudio Zanotelli, como parte do trabalho de campo integrante de projeto de pesquisa, no dia 24/09/2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Willis de. *Mirante natural do canal da passagem*. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/meio/nmangueseco.asp>. Acesso em: 10 ago. 2009.

FILGUEIRAS, Márcio De Paula. *Entre barracões e módulos de pesca: pescaria e meio ambiente na regulação do uso de espaços públicos na Barra do Jucu (Vila Velha-ES)*. Niterói, 2008. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

FONSECA, Kátia Dyana. *Conflitos em terras urbanas: a luta pelo direito de morar protagonizada pelos moradores despejados de Mangue Seco*. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, UFES, 2004.

GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. BasicBooks, 1973.

GOMES, José. *Vivendo em Cariacica*. Consultado em: <http://vivendoemcariacica.blogspot.com/>. Acesso em: 21 out. 2007.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Cosmologias Políticas do Neo-Colonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento*. 2006. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOBINO, Camilla Ferreira. *A dimensão ambientalista da luta pela terra no Espírito Santo*. *Revista Eletrônica Olhar Crítico*, n. 57, set. 2009. Disponível em: http://www.coopemult.com.br/olharcritico/ver_artigo.asp?codigo=332. Acesso em: 26 set. 2009.

MELLO, Marco Antonio; VOGEL, Arno. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*, Marica (1975 a 1995). Niterói: EdUFF, 2004.

MOTA, Fábio Reis. *O Estado contra o Estado: direitos, poder e conflitos no processo de produção da identidade “quilombola” na Marambaia*. In: LIMA, R. Kant de (Org.). *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: Eduff/ABA/Ford, 2005. p. 13-67.

TISSOT, Sylvie. *L'invention des « quartiers sensibles »* *Le Monde-Diplomatique*. Out. 2007. p. 6. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2007/10/TISSOT/15252octobre2007> - Page 6 >.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. *Fragmentações sócio-espaciais e a criminalidade violenta: o caso de Terra Vermelha – Aglomeração de Vitória-ES*. 2006. No prelo.

_____. *L'espace des homicides et l'espace socioéconomique: l'agglomération de Vitoria-Brésil*. *Cultures & Conflits*, n. 59, p.117-148, mar. 2005.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; RAIZER, Eugênia Célia; CASTRO, Mário de. *Violência criminalizada. Os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais entre 1994-2002*. Relatório de homicídios no Espírito Santo. Projeto Banco de Dados Sobre Violência Criminalizada – BDV/MNDH/NEVI, Espírito Santo, 2002.

⁷ Essa confusão entre padrões específicos de organização social e “desorganização” ou anomia (entendida equivocadamente como ausência de estrutura) também se reproduz no discurso científico, como analisaram Foote-Whyte (2005) e Norbert Elias (ELIAS; SCOTSON, 2000).